

Diap, 09/05/14

Receita de banco com tarifa avança acima da inflação

Em tempos em que o crédito cresce de forma moderada no país e a taxa básica de juros pressiona as margens financeiras, os quatro maiores bancos do país com ações listadas na bolsa ampliaram os ganhos com tarifas e serviços prestados neste começo de ano.

Juntos, Banco do Brasil (BB), Itaú Unibanco, Bradesco e Santander faturaram R\$ 19,5 bilhões no primeiro trimestre com serviços, que incluem de tarifas com cartões e contas correntes a taxas de gestão de fundos de investimento.

A cifra representa um crescimento de 11,5% em relação ao mesmo período de 2013. É um aumento superior à inflação de 6,15% medida pelo IPCA nos últimos 12 meses até março, o que contribuiu para aumentar o lucro dos bancos nos três primeiros meses do ano.

Bancarização

Mais correntistas e clientes de cartão de crédito são fatores que os bancos citam como responsáveis pelo desempenho. No primeiro trimestre, a indústria de cartões movimentou R\$ 213,73 bilhões em transações, com crescimento de 18,7% ante igual período do ano passado. O número considera as três maiores empresas do setor, mais de 99% do mercado. Explicitamente, as instituições não falam em aumento nos preços cobrados, mas dão pistas de que isso deve ter acontecido.

O Bradesco, que ganhou 760 mil novos correntistas ativos na sua base, diz que fez um "realinhamento" de tarifas. As receitas do banco com tarifas e prestação de serviços alcançou R\$ 5,3 bilhões, com alta de 14,9% na comparação com igual período de 2013. Procurado pelo Valor, o banco não explicou o movimento.

Sem abrir números, o Itaú Unibanco afirma que o crescimento da base de clientes também colaborou para a receita de R\$ 6,1 bilhões no primeiro trimestre, com aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado foi impulsionado pelos números da Credicard, que começaram a ser incorporados no trimestre passado. Mesmo sem esse efeito, porém, o crescimento seria de 13,8%.

O maior banco privado do país também diz que vendeu mais serviços de "maior valor agregado", o que colaborou para o faturamento mais polpudo. Só em serviços de conta corrente o Itaú faturou R\$ 1,14 bilhão no primeiro trimestre deste ano, com alta de 16,2% em relação a igual período do ano passado.

Os números do Santander sofreram o impacto da venda da área de gestão de fundos e da mudança na contabilização de renovações de apólices de seguros. Sem esse efeito, o banco apresentou um crescimento de 11% com prestação de serviços e tarifas. Em serviços de conta corrente, o banco angariou R\$ 459 milhões, com uma expansão de 10,6% sobre o primeiro trimestre do ano passado.

O BB também expandiu os ganhos, mas em ritmo menor que seus principais concorrentes. Ainda sob os efeitos de mudanças nos pacotes de tarifas feitas em 2013, a instituição apresentou uma alta de 6,6% no faturamento com serviços, com R\$ 5,7 bilhões. O resultado ficou abaixo da projeção do banco para o ano, que é de um aumento de 9% a 12%.

Em abril do ano passado, o BB lançou uma ferramenta que permite aos clientes analisar seu histórico de consumo de tarifas. De acordo com o seu uso dos serviços, os correntistas podem aderir ao pacote que seja mais econômico a seu perfil.

Depois das mudanças feitas pela clientela, o serviço trouxe uma queda de 5,23% nas rendas com conta corrente em um ano, para R\$ 959 milhões. "Num primeiro momento, há uma redução de tarifa. Mas esse cliente é muito fiel à proposta de transparência. É isso que vamos capturar no futuro", disse Ivan Monteiro, vice-presidente de finanças do BB. Por isso a expectativa do banco é que o faturamento com serviços alcance o intervalo das projeções até o fim do ano.

Ajuste

Com exceção do BB, o aumento nas receitas com tarifas dos bancos superou o crescimento das despesas administrativas e de pessoal no período. As instituições financeiras passam por um período de forte ajuste em seus gastos. No Bradesco e no Santander, por exemplo, as despesas tiveram expansão abaixo da inflação.

O saldo da carteira de financiamentos dos grandes bancos cresceu 12,7% no primeiro trimestre. O desempenho foi puxado pelo BB, que registrou um avanço de 17,6% no crédito.

O aumento da Selic até o momento não resultou em avanço nos spreads bancários, de acordo com os dados dos balanços. Os bancos atribuem o movimento a uma mudança no perfil dos empréstimos para linhas com margens e riscos menores. Além disso, os repasses para os juros das linhas de crédito não se dá de forma tão imediata.

Apesar de os spreads se manterem, a redução da inadimplência e das provisões para calotes aumentou o resultado dos bancos privados nas operações de crédito, também contribuindo para a expansão do lucro.

Somados, esses fatores levaram o grupo dos quatro maiores bancos listados do país a lucrar R\$ 11,1 bilhões no primeiro trimestre deste ano, com crescimento de 15,7% na comparação com igual período do ano passado. Apenas o Santander mostrou um lucro menor nesse intervalo. (Fonte: *Valor*)

Portal da CUT

IndustriALL realiza sua primeira conferência regional na América Latina e Caribe

08/05/2014

Proposta de aumento na participação das mulheres na estrutura da entidade será apresentada; Para presidenta da CNQ-CUT, ação pode ser referência a outras regiões

Escrito por: CNQ-CUT

O sindicato global IndustriALL - que reúne entidades sindicais dos setores químico, metalúrgico e têxtil - está realizando nesta semana sua 1ª Conferência Regional para América Latina e Caribe. O evento é na cidade de Bogotá, na Colômbia. A escolha é uma forma das lideranças expressarem apoio aos sindicatos diante da violação sistemática dos direitos humanos e sindicais que acontece naquele país.

Depois de realizar o Seminário Regional de Juventude para América Latina e Caribe, no dia 6; a Conferência de Mulheres, no dia 7; e as audiências dos sindicalistas - com a representação do Ministério do Trabalho e da vice presidência da República da Colômbia - a Primeira Conferência Regional do IndustriALL para América Latina e Caribe termina nesta quinta (8), com a participação de delegados das entidades sindicais da indústria, minério, energia, metalomecânica, siderúrgica, química, papelaria e têxtil, a fim de aprofundar temas como a unidade, solidariedade, juventude e gênero, além do combate à precarização/terceirização e em defesa do trabalho decente para todos.

Estão presentes sindicatos de todos os países da América Latina.

Cota de 40%

O destaque da Conferência de Mulheres da América Latina e Caribe foi a deliberação por uma cota mínima de 40% de participação de mulheres na estrutura de funcionamento, nos cursos e em todas as atividades do sindicato global IndustriALL. A proposta será defendida na Conferência Regional ainda esta semana.

"Depois de um dia inteiro trocando informações com mulheres da América Latina e Caribe, onde debatemos vários temas relacionados às mulheres trabalhadoras - como a violência, o assédio, o trabalho precário e a participação das mulheres no movimento sindical - vimos que os desafios são os mesmos e que precisamos nos unir para continuar avançando na nossa construção de um mundo mais justo", comentou a presidenta da Confederação Nacional do Ramo Químico, Lú Varjão. A dirigente acredita que se a Conferência Regional adotar a cota de 40% para as mulheres, isso servirá de referência para as outras reuniões do IndustriALL na Ásia e na Europa. "A nossa luta é cotidiana e é por isso que não podemos deixar de acreditar no mundo que queremos", frisou a líder do ramo químico CUTista no Brasil.

Portal da CTB

Servidores de Salvador, em greve, fazem passeata pelas ruas da cidade

Servidores municipais de Salvador iniciaram uma caminhada partindo da região da Avenida ACM, na altura do Iguatemi, por volta das 11h desta quinta-feira (8). Eles estão em greve desde o dia 24 de abril cobrando a atualização da tabela de vencimentos para a conclusão da minuta do Plano de Cargos e Vencimentos (PCV).

Os servidores municipais querem que a prefeitura apresente a tabela de vencimentos para a conclusão da minuta do Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) da categoria. Eles participam de mesa permanente de negociação sobre o PCV, mas informam que não foram informados sobre valores e decisões do documento final do plano.

A direção do Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (Sindseps) critica a postura da administração municipal, no que diz respeito, a condução das negociações com a categoria. "Estamos buscando um entendimento suficiente para garantir ganhos para os servidores. Queremos ter o devido merecimento pelo trabalho que realizamos. Somos guardiões dos cofres públicos e zelamos por isso. Não queremos jetons ou benefícios indevidos", declarou o diretor da entidade, Josué Santana.

Mobilização

Além dos servidores que buscam a implantação do Plano de Cargos e Vencimentos (PCV), os profissionais de assistência à saúde também resolveram manter a greve. A categoria almeja

reajuste de salários e melhores condições de trabalho para atendimento à população. A gestão municipal não apresentou qualquer proposta de incremento salarial.

Na quarta-feira (7), os médicos aderiram ao movimento grevista. A decisão foi tomada em assembleia na noite de terça-feira (6). A principal insatisfação da categoria é a implantação do ponto eletrônico sem apresentação da norma regulamentatória, segundo explica Francisco Magalhães, diretor do Sindicato dos Médicos da Bahia (Sindimed).

Eles reivindicam também a falta de pagamento da insalubridade e falta de segurança nos locais de trabalho. "Tivemos conversa com a secretaria e não saiu nada de concreto. A lei determina que haja negociação na implantação do ponto, de forma isonômica. Decidimos que, enquanto a implantação não fosse discutida, os médicos não bateriam ponto. Com isso, muitos estão sendo descontados e isso acontece de forma aleatória, sem critério algum", afirma.

Segundo o Sindseps, os serviços paralisados são: Guarda Municipal, salvamento aquático (Salvamar), fiscalização e operação de agentes da Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (Sucop), fiscalização do comércio informal pelos funcionários da Secretaria de Ordem Pública (Semop), merendeiras e trabalhadores de serviços gerais das escolas municipais, além de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde.

Nesta sexta-feira os trabalhadores representados pelo Sindseps estarão reunidos, na praça Newton Rique, em frente ao Shopping Iguatemi para uma assembleia, que acontece após a reunião de negociação com a Secretaria de Gestão. "Nos esperamos que a tabela de Planos de Cargos e Vencimentos seja adequada e justa, com um reajuste digno, de acordo com as necessidades das categorias", destacou Bruno Carianha, presidente do Sindseps.

Carta Maior

Quem luta não espera acontecer! Análise da greve dos trabalhadores (as) em Educação no PR

A greve vitoriosa faz da APP Sindicato uma referência para toda a classe trabalhadora no estado do Paraná e do país, extrapolando o âmbito educacional.

Marlei Fernandes de Carvalho

A APP-Sindicato constitui-se hoje no maior sindicato do estado do Paraná. Somos 130 mil profissionais da Educação no Estado entre ativos e aposentados(as). São 67 anos de história, de resistência e luta ao lado dos(as) trabalhadores(as). O simbólico que emerge de toda esta luta, dessa greve histórica que foi travada em diferentes momentos e contextos políticos, econômicos e sociais e o grau de organicidade das ações fizeram e fazem da APP referência para toda a classe trabalhadora no estado do Paraná e do país, extrapolando o âmbito educacional.

São incontáveis mobilizações, marchas e greves, inclusive durante o período de ditadura militar. Foi e tem sido inevitável o enfrentamento às políticas capitalistas, de governos cujos projetos alinham-se às políticas liberais burguesas. O atual governo no Paraná é reconhecidamente neoliberal. Desde seu início, em 2010, sabíamos o quanto seria difícil estabelecer diálogo e fazer avançar a pauta dos(as) trabalhadores(as) da educação.

A força de nossa organização e em decorrência o reconhecimento histórico de setores e movimentos sociais, que legitimam a luta e a resistência da APP, fez com que, ao longo dos três anos do atual governo avançássemos no cumprimento de uma pauta favorável à categoria.

Ao contrário do que alardeia, de "choque de gestão", o atual governo vem acumulando, desde o final do ano passado, uma crise financeira, que deixou, dentre outras coisas, viaturas policiais sem gasolina. Em contrapartida o PIB paranaense cresceu 5% de 2012 para 2013. O aumento de receita foi considerável em igual período. Saltou de 27,83 bilhões em 2012 para R\$ 32,14 bilhões em 2013, o que demonstra que não há falta de recursos para administrar o estado.

A partir do momento que o governo se recusou a cumprir uma pauta mínima em que se mantivesse ganhos aos(as) trabalhadores(as) da educação o movimento explodiu. Não obstante, manteve uma política de perdas de direitos já conquistados como a dívida de mais de 100 milhões em atrasados referentes aos avanços nos planos de carreira, a suspensão do auxílio transporte àqueles e àquelas que estavam afastados(as) por motivo de doença, desumanizando e precarizando o salário. O diálogo sem efetividade fez com que a APP articulasse ações para a manutenção destes direitos.

Dentre as ações estava a hora-atividade para valer! em que durante a semana os(as) professores(as) cumpriam nas escolas mais uma hora atividade, chegando assim aos 33% previstos pela lei do Piso (Lei 11738 de 2008). Outro exemplo foi a organização de uma Marcha em Curitiba contando com mais 10 mil pessoas no dia 19 de março, chamando o governo a negociação e a estabelecer o diálogo com os(as) educadores(as) de nosso estado.

Mesmo com a articulação das ações, o governo mostrava-se reticente a negociação e fez com que a categoria em Assembleia realizada no dia 29 de março deflagrasse greve por tempo indeterminado a partir de 23 de abril.

Os dias que antecederam o início da greve foram intensos. A diretoria estadual e dos 29 núcleos sindicais da APP não se furtaram de correr as escolas, produzir materiais, instrumentalizar os trabalhadores(as) conscientizando-os(as) sobre a necessidade da adesão ao movimento e da recusa do governo em atender a pauta de reivindicações. A ofensiva mostrou-se exitosa.

Chegamos ao dia 23. Dia nublado, meio chuvoso em Curitiba. Milhares de pessoas reunidas em frente ao Palácio Iguaçu, sede do governo estadual, para o ato simbólico de início da greve. Além da capital atos se repetiram no interior do estado. A greve estava deflagrada. Escolas paralisadas. Professores(as) e funcionários(as) mobilizados. Mais de 70% de adesão.

O movimento intenso das primeiras horas forçou, logo no primeiro dia uma reunião de negociação com a presença do governador do estado, que até então se mostrava distante das discussões educacionais. O governo endureceu na mesa de negociação e as propostas apresentadas continuavam insuficientes. A firmeza da direção combinada pela força da greve, apesar de toda a ofensiva governamental, fez com que, não só mantivéssemos a organização do movimento, como aumentou a adesão a greve.

Concomitante ao movimento que paralisou as escolas, montamos um acampamento em frente ao Palácio do governo que diuturnamente servia de abrigo e espaço para a organização do movimento. Foram milhares de trabalhadores(as) que passaram por aquele espaço, boa parte destes se revezaram para ficar as noites em constante vigília, mesmo com o frio intenso, demonstrando uma organização e capacidade de luta não esperada pelos governistas palacianos que não acreditavam na resistência e luta dos(as) trabalhadores(as).

Na guerra de comunicação que se travou durante o período do movimento, novamente a APP mostrou-se mais contundente. As ações desencadeadas nas redes sociais, fenômeno recente, e no site da APP contra-argumentava o discurso oficial que era, em alguns momentos de normalidade – como se o movimento não existisse ou fosse pouco significativo –, em outros era de coação e de divisão da categoria. A contrainformação adotada foi reconhecida pela velha mídia que admitiu que na guerra de informações a APP levava a melhor.

Cinco dias após o início da greve, dia 28, estavam paralisados cerca de 90% dos(as) trabalhadores(as). Era visível a adesão da categoria ao movimento. Desde a noite anterior, articulávamos uma grande Marcha para o dia 29, que como se viu, pararia Curitiba. A força da greve e a proximidade com o grande ato do dia seguinte, forçou o governo a recuar, sair da inércia, e avançar na proposta. Uma vitória da categoria e da assertividade da direção na condução de todo o processo de negociação.

O dia 29 foi histórico. Cerca de 30 mil pessoas marchavam. Eram professores(as), funcionários(as) de escolas, estudantes, pais e mães, outras categorias de trabalhadores(as) caminhando em direção ao Palácio do governo. O mote “quem faz a luta, não espera acontecer!” estava nos banners, nas faixas, camisetas, era falado e ecoado pelos caminhantes. Foi a maior Marcha da classe trabalhadora em Curitiba. Não havia volta, o movimento mostrava-se vitorioso.

A Greve e a Marcha dos 30 mil demonstraram a força da categoria e o amadurecimento, a unidade e a organização da APP. A negociação avançou em vários itens. A Marcha despertou um sentimento em muitas pessoas de que poderia se conseguir mais. No entanto, a avaliação dos dirigentes sindicais e de vários comandos de greve é que não se avançaria mais nas negociações e que haveria uma tendência de refluxo do movimento se a greve prosseguisse, sem falar que seria necessária uma maior radicalização do movimento e evidente, em contrapartida, haveria o endurecimento do governo.

Foi esta ambiguidade que marcou a assembleia da categoria que se seguiu ao ato. Por um lado, a rua impulsionava, inflava o movimento pela continuidade. Por outro lado, as condições objetivas não eram favoráveis pela continuidade. Foi esta última posição, de suspensão da greve e manutenção do estado de greve que foi aprovada pela maioria dos presentes na assembleia. Houve descontentamento dos que defendiam a manutenção da greve.

Este descontentamento foi capitaneado por uma oposição ao sindicato cujo o modus operandi utilizado foi o da desqualificação do debate, do xingamento público, da falsa argumentação de que houve fraude no processo de votação (reconhecida pelos mesmos) e na descabida afirmação de manipulação. Não bastasse isso, houve incitação à barbárie como o fato de estudantes vinculados a oposição quererem invadir a assembleia e tencionarem para por fogo em bandeiras, camisetas e carros do Sindicato. Total desrespeito ao debate e a maior instância do Sindicato que é a Assembleia Estadual. Afinal não foi por isso que sempre lutamos? Por espaços democráticos, por instituições fortes e organizadas? A ditadura, que, infelizmente, alguns clamam hoje pode assanhar-se à barbárie.

A luta continua e continuará sempre. Ela está forte. As avaliações que chegam de muitos lugares do nosso estado dão conta desse processo. Há o sentimento de que poderíamos ir além, mas há também o sentimento maior de foi correta atitude pelo desfecho da greve. Todas as posições são respeitadas pela entidade.

O atual governo e qualquer outro governo sabe da legitimidade, diretividade e organicidade da APP, isso nos dá a garantia de que a qualquer recusa do governo haverá uma contraofensiva dos(as) trabalhadores(as) que continuam mobilizados, despertos que foram pelos dias intensos de Greve e Marcha.

Estejamos despertos(as), atentos(as), vigilantes. Que o grito ouvido na marcha dos 30 mil ecoe e rememore em nossas consciências de que a força da classe trabalhadora está na unidade. Não sucumbiremos a pantomina dos apocalípticos da barbárie, sejam eles de direita ou suposta esquerda, que fazem do quanto pior melhor e apostam no esfacelamento da classe trabalhadora. Nós que acreditamos e lutamos por esta unidade sabemos – por que estes dias intensos de mobilização nos deram mostras disto –, que quem faz a luta, não espera acontecer!

(*) *Presidenta da APP-Sindicato*

Portal da CUT

Santo André sedia evento internacional "Ditaduras no Cone Sul – 50 anos depois"

22/04/2014

Encontro começa nesta sexta (9) com transmissão ao vivo pela TVT

Escrito por: Assessoria do evento

Entre 9 e 11 de maio a cidade de Santo André sedia o evento internacional "Ditaduras no Cone Sul - 50 Anos Depois", que reunirá expressivos testemunhos de lutadores sociais do Continente.

Em 1º de abril de 1964, há cinquenta anos, os militares, com apoio de parte da sociedade civil, deram um golpe e estabeleceram uma ditadura alinhada politicamente aos interesses dos Estados Unidos. O golpe acarretou profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. Todos os cinco militares ditadores presidentes que se sucederam desde então declararam-se herdeiros e continuadores do que eles chamavam de "Revolução de 1964".

Até 1985 o Brasil conviveu com a ditadura civil militar, quando Tancredo Neves foi eleito indiretamente como o primeiro presidente civil desde 1964. O golpe militar brasileiro foi o "filhote" de outros golpes no Conesul, como por exemplo, Perú (1968, 1992), Bolívia (1964, 1971 e 1980), Argentina (1966 e 1976), Chile (1973) e Uruguai (1973)

Para resgatar parte da história dos países do Cone Sul durante os regimes militares e mostrar, principalmente aos jovens de hoje, o que foi a história recente desta parte da América Latina.

Representantes de todos os países do Cone Sul vão se encontrar num Seminário para falar sobre o passado, revelar fatos ainda não divulgados e fortalecer a luta para a democratização destes países, que ainda guardam resquícios dos tempos das ditaduras.

O projeto de encontro de pessoas e personalidades que sofreram perseguições nos dois países é inédito no Brasil e sua realização no ABC paulista é muito significativa, pois, foi nesta região que ocorreu a maior resistência aos militares. O evento vai trazer informações relevantes para a sociedade brasileira, principalmente para os jovens com menos de 40 anos.

Evento voltado para os jovens

Os jovens precisam entender que a liberdade que eles têm hoje é resultado de muita luta dos jovens das décadas de 60 e 70.

Os jovens de hoje não tem noção do que ocorreu no Brasil e na América Latina nos últimos anos. Tivemos regimes militares truculentos em todo Cone Sul e fomos cerceados de liberdade. As prisões ficaram abarrotadas, ocorreram torturas e assassinatos, não havia liberdade e tampouco democracia. Muitos foram exilados e banidos.

Os militares diziam que seus países estavam em guerra e buscavam produzir imagens para estreitar a união do povo e estimular o repúdio aqueles que manifestavam oposição. Por exemplo, a máquina de propaganda dos militares brasileiros era "Ame-o ou Deixe-o", "Eu te amo meu Brasil" (Dom e Ravel), "Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil" e assim por diante.

Ditadura militar nunca mais

A iniciativa de realização do Seminário Internacional do Cone Sul partiu de alguns dirigentes sindicais da região do Grande ABC, do Centro de Memória do Grande ABC e, principalmente, do Prefeito de Santo André, Carlos Grana.

O evento foi pensando nesse momento histórico que se vive no Brasil: os 50 anos do Golpe Militar Brasileiro. Os militares do Cone Sul também estiveram envolvidos em outros golpes e juntos organizaram operações conjuntas de prisões, torturas e assassinatos, como foi a Operação Condor. Ainda hoje, em muitos países, continuam em funcionamento as leis e normas implantadas pelos militares, como por exemplo, a Constituição do Chile e seu sistema de educação privatista. No Brasil, ainda continua em vigor os Decretos-Leis, como uma forma de governar, foi herdado dos militares. Isso sem falar da Lei de Anistia.

Finalidades do evento

Resgatar os fatos históricos ainda desconhecidos do grande público sobre o que ocorreu nos regimes ditatoriais de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Criar o "Observatório da Democratização" do Cone Sul

Publicar um pequeno livro sobre o seminário internacional, cerca de 200 páginas, para ser enviado aos participantes do seminário internacional e distribuído nas escolas da região.

O evento Ditaduras no Cone Sul — 50 anos depois será transmitido ao vivo pelo canal digital TVT.

Programe-se para assistir à transmissão em www.tvt.org.br.

Ditaduras no Cone Sul - 50 Anos Depois

Dia 9 de Maio - Abertura do Evento às 19h

Dias 10 e 11 a partir das 9h

Teatro Municipal de Santo André - Praça IV Centenário.

Mais informações acesse o site www.ditadurasnoconesul.com.br

Portal da CUT

Drama dos trabalhadores da Empercom expõe mazelas da terceirização

08/05/2014

Sem receber salários desde março, sem plano de saúde, tíquete alimentação e férias, mais de 500 trabalhadores estão em greve

Escrito por: FUP

Desde o ano passado, os trabalhadores da Empercom, uma das principais empresas que presta serviços para a Petrobrás nos campos de produção terrestre, vêm sofrendo uma série de problemas financeiros, em função de falta de pagamento de salários e direitos, como tíquete refeição e plano de saúde.

Apesar das mobilizações da categoria, denúncias e cobranças dos sindicatos e da FUP, a situação se agravou esse ano e, em abril, a Justiça do Trabalho bloqueou os contratos da Empercom com a Petrobrás para garantir o pagamento dos trabalhadores.

Como os contratos com a terceirizada são anteriores à implementação do Fundo Garantidor, conquistado pela FUP no último Acordo Coletivo, os sindicatos estão recorrendo à Justiça para bloquear as contas da Empercom e garantir o cumprimento de todos os direitos dos trabalhadores. Paralelamente, estão sendo feitas negociações com a Petrobrás para que assuma suas responsabilidades enquanto contratante, viabilizando uma solução para esse impasse que atinge centenas de famílias.

Sem receber salários desde março, sem plano de saúde, tíquete alimentação e férias, mais de 500 trabalhadores da Empercom estão em greve por tempo indeterminado. As sondas operadas pela empresa na Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas foram paralisadas e, apesar da gravidade da situação que vivem esses petroleiros, a Petrobrás ainda se utiliza de práticas antissindicais para manter a qualquer custo a produção.

Na Bahia, a gerência chegou a chamar a polícia no último dia 28 para reprimir a paralisação dos trabalhadores em Candeias e em São Sebastião. No Rio Grande do Norte, a Petrobrás discriminou os trabalhadores grevistas, ao liberar uma parcela das verbas retidas da Empercom para adiantar parte do pagamento dos que não aderiram à greve.

A FUP e seus sindicatos continuam pressionando a Petrobrás a intervir para garantir o pagamento dos salários, tíquetes alimentação e férias atrasados, bem como o restabelecimento do plano de saúde e demais direitos.

Monitor Mercantil, 09/05/14

Amianto: Eternit é condenada em R\$ 1 mi por morte de trabalhador

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou para R\$ 1 milhão a condenação imposta à Eternit S. A. a título de indenização por dano moral à viúva de um trabalhador vítima de doença pulmonar decorrente do contato prolongado com o amianto. A indenização inicial foi fixada em R\$ 600 mil, mas o relator do recurso da viúva, ministro Augusto César de Carvalho, entendeu que o arbitramento do valor deve considerar também a função pedagógica da sanção, visando tanto

à prevenção quanto ao desestímulo da conduta danosa da empresa, “que atenta contra valores humanitários e constitucionais da mais alta estatura jurídica”.

Para o ministro, o dano a ser reparado está relacionado não apenas com a atividade de risco pontual, “mas de morte e expiação de trabalhador envolvido em atividade econômica dirigida à exploração de fibra mineral cuja inalação é, hoje, reconhecidamente letal”. O caso, segundo o relator, envolve “o desapeço à vida e ao projeto humano e transgeracional, universal e essencialmente jurídico de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, inclusive no que toca ao meio ambiente de trabalho”.

Em seu voto, o ministro assinalou que a questão está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4066, ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) contra o artigo 2º da Lei 9055/1995, que permite a exploração comercial e industrial do amianto branco (crisotila). A relatora da ADI é a ministra Rosa Weber.

“Não é desconhecido o desassossego causado pelo processo dos produtos de amianto, sabidamente banido em vários países da comunidade internacional”, afirma o ministro Augusto César. Seu voto faz uma análise detalhada do problema. “A despeito das opiniões favoráveis, o fato é que não se reconhece uma quantidade mínima de asbesto abaixo da qual a exposição possa considerar-se segura”, ressaltou. “Vale dizer, inexiste certeza de que as fibras microscópicas do amianto branco não se desprendam e, sem dissolver-se ou evaporar, porque a sua natureza o impede, ingressem no pulmão por meio de uma simples aspiração em ambiente contaminado”.

O ministro assinala que não há qualquer dúvida quanto ao risco que o amianto representa para a saúde e, portanto, de que os trabalhadores das empresas do ramo lidam com um risco imanente ao próprio trabalho. “Em vez de se emprestar efetividade ao princípio da precaução – conduta preventiva para a qual devem concorrer o Estado e toda a coletividade, inclusive o segmento empresarial -, converte-se o homem trabalhador em cobaia com morte precoce e anunciada”, afirmou.

O caso julgado teve origem com reclamação trabalhista ajuizada pelo espólio de um engenheiro que chefiou, de 1964 a 1967, o controle de qualidade da unidade da Eternit em Osasco (SP), desativada em 1992. Segundo a reclamação, ele trabalhava sem equipamentos de proteção individual, e seu escritório ficava no interior da fábrica, próximo ao local de manipulação das fibras de amianto. Em 2005, ele foi diagnosticado com mesotelioma pleural (câncer da pleura) e, por conta de insuficiência respiratória, submeteu-se a diversas cirurgias e teve 80% do pulmão removidos. O engenheiro morreu em dezembro de 2005, aos 72 anos.

A Eternit, na contestação à reclamação trabalhista, defendeu que o uso do amianto é feito em conformidade com a lei, e que sempre se preocupou em garantir a segurança e o bem-estar de seus funcionários, cumprindo as normas de saúde e segurança vigentes à época. Como a unidade foi desativada anos antes da morte do trabalhador, argumentou que era impossível confirmar as alegações de exposição à poeira do amianto.

O juízo da 45ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP) considerou, entre outros elementos, o laudo pericial, segundo o qual o período de latência da doença pulmonar pode ultrapassar 30 anos, “que foi o que aconteceu no presente caso”. A sentença condenou a Eternit à indenização em danos morais de R\$ 600 mil, tendo em vista a gravidade da doença, “a grande dor causada ao trabalhador” e a atitude da empresa, “que não mantinha controle algum das substâncias utilizadas no meio ambiente de trabalho”.

O caso chegou à Sexta Turma por meio de recurso de revista da viúva do engenheiro, que pedia a majoração do valor da indenização. Ao propor o provimento do recurso, o ministro esclareceu que não se pretendia, “nem de longe”, resolver o conflito de interesses sobre a segurança das atividades que envolvem o amianto branco, pois será do Supremo Tribunal Federal a última palavra. “Contudo, está-se diante de uma doença caracterizada como ocupacional e relacionada diretamente ao ramo de atividade da empresa, configurando indelevelmente o dano sujeito à reparação por quem o causou”.

A reparação, a seu ver, tem de ter caráter compensatório, punitivo e pedagógico. “O valor da indenização deve ser aferido, pois, mediante esses parâmetros balizadores e de acordo com a extensão do dano em cada caso, conforme o artigo 944 do Código Civil”, explicou.

Monitor Mercantil, 09/05/14

Greve de vigilantes bancários completa 14 dias sem previsão de fim

Os vigilantes bancários e de outras instituições entraram em greve desde o dia 24 de abril, quando as negociações emperraram com o sindicato das empresas. A paralisação completa nesta quinta-feira 14 dias e a categoria não tem previsão de retorno às suas atividades, uma vez que nenhuma de suas reivindicações foram atendidas, conforme disse ao *MONITOR MERCANTIL* o

vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do Município do Rio de Janeiro, Antônio Carlos, para quem a paralisação já atingiu cerca de 60% da categoria, que reivindica reajuste salarial de 10%, aumento do tíquete-refeição de R\$ 10 para R\$ 20; pagamento do adicional de risco de vida, conquistado em 2010 e até hoje não pago; diária de R\$ 180 para vigilantes de eventos e plano de saúde.

A proposta do sindicato patronal, segundo ele, só ofereceu 8% de reajuste, R\$ 13 de tíquete-refeição, retirou o adicional de risco de vida e pagamento de R\$ 528 para o vigilante parcial, ou seja, que não completa 8h de jornada de trabalho.

- A greve continua. As negociações pararam e eles (sindicato patronal) não querem negociar. A greve continua por tempo indeterminado - disse, anunciando que nesta sexta-feira haverá uma grande concentração na Candelária a partir das 6h.

E às 14h haverá uma caminhada até o Maracanã.

- A greve continua por tempo indeterminado até que as negociações retornem.

Portal da CUT

Valorização do salário mínimo contrariou previsões e não resultou em desemprego

08/05/2014

Afirmção foi feita no Rio de Janeiro em seminário organizado pela FGV e pela Escola de Economia de São Paulo

Escrito por: Agência Brasil

A valorização do salário mínimo nas últimas décadas no Brasil, com aumento real (acima da inflação) de 75% de 2002 a 2014 e acima de 100% desde 1995, contraria as teorias econômicas. Segundo debatedores que participaram de seminário hoje (7) no Rio de Janeiro, a alta do mínimo não provocou o aumento do desemprego, da informalidade e da inflação propagado pelas teorias econômicas tradicionais.

O impacto do salário mínimo sobre o mercado de trabalho foi um dos temas do seminário Política de Salário Mínimo para 2015–2018: Avaliações de Impacto Econômico e Social, organizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV).

Pesquisador do Ibre, Fernando de Holanda Barbosa Filho aponta que as previsões feitas pelos economistas há duas décadas não se confirmaram. "Se em 2002 alguém falasse que o salário mínimo ia dobrar e o desemprego e a informalidade iam despencar, seria considerado louco. Estávamos todos errados, pelo menos eu e um grande número de economistas", disse.

Segundo Barbosa, o salário aumentou, o desemprego diminuiu e a informalidade despencou de 43% para 22% desde então. De acordo com ele, o único impacto que se verificou com a valorização do salário mínimo foi a "expulsão" do trabalhador menos qualificado do mercado, o que pode ter levado ao aumento de pessoas que não estudam nem trabalham, chamadas de "nem-nem".

O pesquisador Carlos Henrique Corseuil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), considera que há uma mudança na composição da força de trabalho no Brasil que tem afetado os trabalhadores menos educados. De acordo com ele, em 1997, 10% dos trabalhadores que recebiam o mínimo tinham ensino médio completo. Agora, representam 40%. Até três anos de estudo, eram 40% e agora são 15%. "Está ocorrendo a expansão na educação geral da população. Quem tem até três anos de estudo tem encontrado muita dificuldade em encontrar ocupação", declarou.

O professor da Universidade de Campinas (Unicamp) Claudio Dedecca lembrou que a política atual de valorização do salário mínimo começou a ser estudada somente em 2005. Ao contrário das previsões tradicionais, destacou, o aumento impactou diretamente a base do mercado de trabalho e os rendimentos da população, resultando em alta do emprego.

"Os ganhos de renda são potencializados pela geração de ocupações nos diversos estratos da distribuição da renda. O que explica o aumento da massa de rendimentos não é o aumento do salário mínimo, mas o aumento da ocupação observada ao longo de toda a década passada e nos primeiros anos dessa década", comentou.

Para Dedecca, os desafios para o Brasil estão relacionados ao aumento de investimentos para modernizar a estrutura produtiva. "Estamos vivendo o que chamo de efeito China, com o aumento do poder de compra e do consumo de importados e com a base produtiva caminhando para trás, o que referenda a dinâmica da baixa contribuição produtiva", explicou.

O pesquisador do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais (Dieese) Clemente Ganz lembrou que a política de valorização do salário mínimo foi construída em diálogo entre o governo e as centrais sindicais. "Contrariamente à visão tradicional, o aumento do salário mínimo não aumentou o desemprego, a informalidade e a inflação. Houve queda na relação dívida

líquida e PIB [Produto Interno Bruto]. Pelo contrário, a valorização reduziu as desigualdades e expandiu o mercado consumidor”, declarou.

Seminário no Ibre/FGV tem como objetivo debater a política econômica, com a proximidade do fim da vigência, a partir de 2015 da atual regra para correção do salário mínimo, que considera a variação do PIB de dois anos anteriores e a inflação do ano anterior.

De acordo com os especialistas, o maior impacto do aumento do salário mínimo recai sobre as contas públicas. Cerca de 20 milhões de beneficiários da Previdência Social recebem o mínimo, contra 12 milhões de trabalhadores na ativa.

Agência Brasil, 08/05/14

Salário mínimo é responsável por 70% da redução da desigualdade, diz professor

Akemi Nitahara - Repórter da Agência Brasil Edição: Wellton Máximo

A valorização do salário mínimo na última década foi responsável por 70% da redução no coeficiente de Gini, que passou de 0,594, em 2001, para 0,527, em 2011. O índice mede a desigualdade de renda no mercado de trabalho e, quanto mais próximo de 0, menor a diferença entre os maiores e os menores salários.

De acordo com o professor Naercio Menezes Filho, do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, a redução da desigualdade promovida pela valorização do salário mínimo é ainda mais evidente entre as mulheres. “Da redução do [coeficiente de] Gini no mercado de trabalho, o salário mínimo é responsável por cerca de 70%. O efeito é mais importante para as mulheres do que para os homens, já que há muitas mulheres ganhando salário mínimo, principalmente empregadas domésticas”, disse.

O professor participou ontem (7) do seminário Política de Salário Mínimo para 2015–2018: Avaliações de Impacto Econômico e Social, organizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) e pela Escola de Economia de São Paulo (Eesp-FGV).

Na mesa que discutiu a distribuição de renda promovida pelo salário mínimo, o professor André Portela, da Eesp, avaliou que, nos últimos anos, a valorização tem beneficiado a população com renda intermediária e não os mais carentes. Portanto, de acordo com ele, a política econômica deveria investir em outros mecanismos de redução da desigualdade, como a ampliação de programas como o abono salarial e o Bolsa Família.

Para o professor Marcio Pochmann, da Universidade de Campinas (Unicamp), a valorização do mínimo precisa retomar o objetivo de quando o benefício foi criado, de ser um parâmetro para as necessidades de sobrevivência do trabalhador.

“O salário mínimo foi estabelecido na década de 1940 como a média do salário urbano e era acima do PIB [Produto Interno Bruto] *per capita*. Representava um componente de garantir o mínimo para a força de trabalho. Com a política de arrocho da década de 1960, o mínimo não acompanhou a inflação. Somente a partir do Plano Real, o mínimo se deslocou de elemento de combate à inflação para instrumento de combate à pobreza”, lembrou.

O seminário do Ibre/FGV termina hoje (8), quando serão debatidos os temas finanças públicas, inflação e macroeconomia do salário mínimo. O objetivo do evento é debater a política econômica, com a proximidade do fim da vigência, a partir de 2015, da atual regra para a correção do salário mínimo, que considera a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores e a inflação do ano corrente.

Portal da UGT

Comerciários de São Paulo prepararam Marcha pela Carteira Assinada na sexta, dia 9

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, entidade filiada à UGT, vai realizar a Marcha pela Carteira Assinada na sexta-feira, 09/05, na Rua 25 de Março. A concentração será a partir das 9h na Rua Carlos de Souza Nazaré e irá percorrer a Rua 25 de Março até a esquina da Rua General Carneiro.

A ação faz parte da campanha “Marcha pela Carteira Assinada” organizada pela Entidade Sindical.

Neste mesmo dia, auditores fiscalizarão as lojas desses centros comerciais.

O que você perde vai para o patrão:

Lutar por seus direitos é o princípio básico da relação entre empregado e patrão. A Carteira de Trabalho é o documento que visa minimizar a rotatividade no mercado de trabalho, além de garantir a segurança para o trabalhador em caso de qualquer adversidade como: assédio moral, desvio de função, acidente de trabalho, doenças ocupacionais, invalidez permanente ou perda de emprego.

Sem carteira assinada você perde:

— Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

- _ Tempo para aposentadoria
- _ Seguro-desemprego
- _ Auxílio-doença
- _ Auxílio-acidente
- _ Salário-família
- _ Licença-maternidade

A luta por trabalho decente começa pela garantia da seguridade prevista pelas Leis Trabalhistas à classe trabalhadora.

Exija a Carteira de Trabalho assinada!

Fonte: Imprensa Comerciais

Portal da CTB

Contag promete fazer o maior Grito da Terra Brasil da história

Em 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) se lança ao desafio de realizar o maior Grito da Terra Brasil da história. Os temas em destaque desse ano são a Reforma Agrária e a Organização Sindical.

“Podemos adiantar que o peso das mobilizações em todo o país se dará, principalmente, a partir das negociações sobre esses temas. Tenho certeza que este será um grande Grito da Terra Brasil (GTB)”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch.

A abertura do GTB ocorrerá em 12 de maio, na sede da Contag, em Brasília, com a presença da Comissão Nacional de Negociação – composta por cerca de 200 representantes das 27 Fetags. As negociações com o governo acontecerão de 13 a 19 de maio, envolvendo 19 ministérios, o Congresso Nacional e diversos órgãos governamentais e autarquias.

Já os atos serão realizados de forma descentralizada em todo o País – regionais, estaduais e municipais, concentrando esforços na Semana Nacional de Mobilização – 19 a 22 de maio, semana que Dilma Rousseff se comprometeu a dar uma resposta à pauta de reivindicações. No entanto, 20 de maio foi escolhido como o Dia D para a grande mobilização e pressão junto ao governo.

Pauta do 20º GTB

A pauta de reivindicações conta com 23 pontos centrais, que tratam da reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, meio ambiente, juventude e sucessão rural, assalariamento rural, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), políticas sociais, relações internacionais, e organização e enquadramento sindical. Ao todo, são mais de 300 reivindicações, entre elas: assentamento de 150 mil famílias e um montante de R\$ 51,4 bilhões para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, sendo R\$ 30 bilhões para crédito de investimento e custeio do Pronaf e R\$ 21,4 para as demais políticas e programas.

<http://www.contag.org.br/arquivos/portal/PAUTA%20GTB%202014sem%20sangria.pdf>

Fonte: Contag

Portal do MST

MST e MTST ocupam a sede da Odebrecht por reforma agrária e urbana em SP

8 de maio de 2014

Mais de 1500 pessoas do MST junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocuparam o prédio da empresa Odebrecht, na região do Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo, na manhã desta quinta-feira.

A ação construída em conjunto entre os dois movimentos sociais visa denunciar a atuação da empresa que gera impactos à vida da população do campo e da cidade.

No campo brasileiro, por exemplo, a Odebrecht atua no ramo do agronegócio. Uma das áreas de investimento da empresa é o setor sucroalcooleiro, depois de ter comprado a Usina Alcídia, em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema (SP).

Junto a isso, a ETH Bioenergia, empresa da Organização Odebrecht, tem participação acionária na japonesa Sojitz Corporation – trading multinacional que atua na comercialização de commodities, atuando de forma integrada na produção, logística e comercialização de açúcar, etanol e energia elétrica.

Nesse sentido, os Sem Terra denunciam que o modelo agrícola do agronegócio não representa os interesses do povo brasileiro, já que sua matriz produtiva se baseia em enormes quantidades de agrotóxicos, não respeita o meio ambiente e a biodiversidade, expulsa a população do campo às grandes cidades, concentra grandes extensões de terras e produz em sua maioria commodities para o mercado externo.

Ao mesmo tempo, a Odebrecht opera na mesma lógica no meio urbano, com seus grandes empreendimentos imobiliários e de infraestrutura que não correspondem às verdadeiras necessidades da classe trabalhadora.

Para Kelli Mafort, da coordenação nacional do MST, é preciso “acabar com o latifúndio no campo e na cidade, por isso temos que lutar por uma reforma agrária e urbana. Essa luta é um exemplo de que as transformações estruturais que tanto precisamos na nossa sociedade só vão acontecer com a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade”.

Já Guilherme Boulos, do MTST, diz que a construtora faz parte das que mais ganharam com as construções da Copa do Mundo, com condições trabalhistas precárias. “Denunciamos o capital imobiliário e sua consequência à classe trabalhadora. Essa aliança com os Sem Terra é decisiva para o enfrentamento dessas grandes corporações”.

Reunião com governador

Às 9h da manhã desta quarta-feira, uma comitiva de 17 membros do MST se reuniu com o governador Geraldo Alckmin e discutiram a pauta da Reforma Agrária no estado de São Paulo.

Organizado por Ernesto Germano